



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **OBJETO**

1.1. Registro de preços para aquisição de **Material Elétrico**, para atender às necessidades dos diversos órgãos que compõem o **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

Material Elétrico			
LOTE	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
1	Base para relé fotoelétrico, bivot, para iluminação pública, fabricação nacional.	Unidade	700
2	Bocal de louça nº 27, fabricação nacional.	Unidade	500
3	Bocal de louça nº 40, fabricação nacional.	Unidade	500
4	Base para relé preta	Unidade	700
5	Braço p/ luminária zincado 1m, fabricação nacional.	Unidade	1000
6	Braço p/ luminária 1,5mt E-40, fabricação nacional.	Unidade	200
7	Cabo flexível de 1,5 mm nº14, fabricação nacional.	Peça com 100,00 m	30
8	Cabo flexível de 2,5 mm nº 12, fabricação nacional.	Peça com 100,00 m.	100
9	Cabo flexível de 4,00 mm nº 10, fabricação nacional.	Peça com 100,00 m	100
10	Cabo flexível de 6,00 mm nº 8, fabricação nacional.	Peça com 100,00 m	100
11	Cabo rígido 1 mm nº 16, fabricação nacional.	Metro linear	5000
12	Cabo rígido 1,5mm nº 14, fabricação nacional.	Metro linear	5000
13	Cabo rígido 2,5mm nº12, fabricação nacional.	Metro linear	5000
14	Cabo rígido 6mm nº 8mm, fabricação nacional.	Metro linear	5000
15	Cabo pp 3 x 2,5 mm²- formado por fios de cobre, têmpera mole, encordoamento com formação classe	Peça	100



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	5, capacidade de temperatura do condutor em uso contínuo 85° c, dupla isolamento de PVC, ante-chama, sem chumbo, tensão nominal 1kv. Certificado nrnm 13249/nrnm 280. Com sistema de qualidade. Peça com 100 metros.		
16	Cabo pp 2x 2,5 mm ² - formado por fios de cobre, têmpera mole, encordoamento com formação classe 5, capacidade de temperatura do condutor em uso contínuo 85° c, dupla isolamento de PVC, ante- chama, sem chumbo, tensão nominal 1kv. certificado nrnm13249/ nbr nm 280. Com sistema de qualidade. Peça com 100 metros	Peça	100
17	Caixa de Disjuntores para03 disjuntores- Em PVC, pintado, de embute, norma DIN.	Unidade	200
18	Caixa de Disjuntores para06 disjuntores- Em PVC, pintado, de embute, norma DIN	Unidade	200
19	Caixa plástica de embutir de 04,00 cm x 02,00 cm, fabricação nacional.	Unidade	200
20	Cartucho p/ chave de iluminação pública 60amp., fabricação nacional.	Unidade	400
21	Chave de iluminação pública 2X60amp. fabricação nacional.	Unidade	30
22	Disjuntor termomagnético monofásico de 20 A, fabricação nacional.	Unidade	200
23	Disjuntor termomagnético trifásico de 100 A, fabricação nacional.	Unidade	200
24	Disjuntor termomagnético trifásico de 40 A, fabricação nacional.	Unidade	200
25	Disjuntor termomagnético trifásico de 50 A, fabricação nacional.	Unidade	200
26	Extensão 3mts, fabricação nacional.	Unidade	50
27	Extensão 5mts, fabricação nacional.	Unidade	50
28	Fita adesiva isolante de alto desempenho para alta tensão, de 19,00 mm x 20,00 m, fabricação nacional aprovado pela nbr 5037, capacidade de temperatura a partir de 80°.	Unidade	200
29	Interruptor conjugado com tomada, fabricação nacional.	Unidade	300
30	Interruptor duplo, fabricação nacional.	Unidade	300
31	Interruptor simples, fabricação nacional.	Unidade	300
32	Interruptor triplo, fabricação nacional	Unidade	300



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

33	Lâmpada eletrônica econômica de 20 W, tipo luz branca, compatível com soquete tipo rosca, fabricação nacional.	Unidade	1000
34	Lâmpada fluorescente tubular de 20 W, fabricação nacional.	Unidade	500
35	Lâmpada fluorescente tubular de 40 W, fabricação nacional.	Unidade	500
36	Lâmpada vapor mercúrio, potência 400w, descarga de alta pressão, base E-40, fabricação Nacional).	Unidade	500
37	Lâmpada vapor metálico, potência 400w, tubular, fabricação Nacional.	Unidade	500
38	Lâmpada de 250w de mercúrio	Unidade	500
39	Lâmpada vapor sódio, potência 400w, descarga de alta intensidade, base E-40, fabricação Nacional.	Unidade	800
40	Luminária caneca p/lâmpada mista E-27/E-40, fabricação Nacional.	Unidade	300
41	Luva de baixa tensão – p/ 1.000 w com cobertura.	Par	30
42	Óculos de proteção preto – óculos de segurança, constituídos de um arco de material plástico preto, com canaleta e com um furo central, e visor confeccionado em uma única peça de policarbonato, com ponte e apoio nasal injetado do mesmo material e uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco. as hastes são confeccionadas do mesmo material do arco e são compostas de três peças: um suporte, que possui uma fenda em uma das extremidades e que é fixada ao arco através de parafuso metálico; uma semi-haste vazada, com uma das extremidades fixadas ao suporte descrito anteriormente por meio de encaixe (este suporte permite o ajuste do ângulo de inclinação da haste); e outra semi-haste que se encaixa na outra extremidade da semi-haste anterior e que permite o ajuste do tamanho através de quatro estágios e recoberta com borracha macia cinza na parte interna da ponta da haste.	Unidade	100
43	Parafuso galvanizado p/ poste 10" Cabeça quadrada, fabricação nacional.	Unidade	200
44	Parafuso galvanizado p/ poste 12" fabricação nacional.	Unidade	200
45	Reator para lâmpada fluorescente de 20 W, tipo partida rápida, fabricação nacional.	Unidade	300
46	Reator para lâmpada fluorescente de 40 W, tipo partida rápida, fabricação nacional.	Unidade	300



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

47	Reator vapor mercúrio 400w, fabricação nacional.	Unidade	300
48	Reator vapor metálico 400w, fabricação nacional.	Unidade	300
49	Reator vapor sódio 400w, fabricação nacional.	Unidade	300
50	Reator eletrônico para lâmpada fluorescente 01 x 20 w – lâmpada de 20w, tensão de 220v, corrente elétrica de 0,09a, fator de potencia 0,97c.	Unidade	300
51	Reator eletrônico para lâmpada fluorescente 01 x 40 w – lâmpada de 20w, tensão de 220v, corrente elétrica de 0,18a, fator de potência 0,97c.	Unidade	300
52	Reator eletrônico para lâmpada fluorescente 02 x 40 w – lâmpadas de 40w, tensão de 220v, corrente elétrica de 0,34a, fator de potência 0,97c.	Unidade	300
53	Reatores de 80 w mercúrio	Unidade	300
54	Reator de 250w de mercúrio	Unidade	300
55	Relê foto elétrico n.a – alta performance para iluminação pública, capacidade de carga até 1000w resistivo, 1800va/220vac ou 1200va/127vac com fator de potência não corrigido ($fp > 0,5$) , 500va corrigido ($fp > 0,92$), tensão de 105 a 305vac, saída ligada durante a noite sistema fail-off , material do produto: tampa em policarbonato com proteção uv, base em copolímero polipropileno, gaxeta em PVC.	Unidade	100
56	Relê foto elétrico n.f - alta performance para iluminação pública, capacidade de carga: até 1000w resistivo, 1800va/220vac ou 1200va/127vac não corrigido, 500va corrigido , tensão de 105 a 305vac, saída ligada durante a noite, material do produto: tampa em policarbonato com proteção uv, base em copolímero polipropileno, gaxeta em PVC.	Unidade	1800
57	Tomada dupla, fabricação nacional.	Unidade	1000
58	Tomada simples, fabricação nacional.	Unidade	1000
59	Luminária E 40	Unidade	500
60	Fita isolante de baixa	Pacote	300
61	Fita isolante de alta	Pacote	150
62	Refletor E40	Unidade	200
63	Refletor E27	Unidade	50



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

64	Passa fio c/ 10 metros	Unidade	20
65	Bocal decorativo	Unidade	2000
66	Lâmpada de LED 8 W	Unidade	2000
67	Lâmpada de LED 15 W	Unidade	2000
68	Lâmpada de LED 20 W	Unidade	1000
69	Lâmpada de LED 40 W	Unidade	840
70	Lâmpada de LED 50 W	Unidade	715
71	Lâmpada 70 sódio	Unidade	2500
72	Reator 70 sódio	Unidade	1000
73	Fixa fio	Unidade	3000
74	Haste de aterramento com 2 metros	Unidade	100
75	Soquete de porcelana com rabicho e capa de silicone (E-27)	Unidade	1000
76	Escada fibra de vidro extensiva com 19 degraus	Unidade	5
77	Escada de alumínio com 08 degraus	Unidade	30
78	Cabo de 10MM (rede compacta)	Unidade	1500
79	Cabo de 25MM (rede compacta)	Unidade	1000
80	Chave de teste para eletricista profissional, voltagem até 1000V	Unidade	50
81	Bota para eletricista de acordo com a legislação vigente	Unidade	30

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente licitação servirá para a aquisição dos bens acima elencados, necessários à execução das atividades desenvolvidas pelos órgãos que compõem esta Administração.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Outrossim, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de bens com necessidade de aquisições frequentes, previsão de entregas parceladas e sem possibilidade de definição prévia, com segurança, do quantitativo a ser demandado no período, nos termos do Decreto Municipal nº **28/2017**.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

4. FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. O fornecimento será efetuado de forma **parcelada**, com prazo de entrega não superior a **15 (quinze) dias**, contados a partir da solicitação.

4.2. Os bens deverão ser entregues na sede do órgão solicitante, no endereço indicado na solicitação, no horário de funcionamento do órgão.

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO

5.1. O custo estimado foi apurado a partir da média aritmética de orçamentos recebidos de empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado com o objeto.

5.2. A estimativa de custo do objeto constará apenas nos autos do procedimento da licitação, podendo ser informada aos interessados mediante solicitação encaminhada à Comissão Permanente de Licitação, através dos endereços físico e eletrônico constantes no respectivo Edital, nos termos do Acórdão 1153/2013 do Plenário do TCU.

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento provisório.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

6.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada obriga-se a:

7.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente, no que couber, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

7.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, o produto com avarias ou defeitos;

7.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

7.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

7.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:

8.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor **HÉLIO MOREIRA DA SILVA, Coordenador de Compras Públicas, CPF nº 239.066.695-72**, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

10.1.2. Apresentar documentação falsa;

10.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.4. Cometer fraude fiscal;

10.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

10.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

10.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

10.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.8. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.